

Governo renegocia dívida com 11 estados e o DF

Pública

O Governo recebeu ontem 25 milhões de dólares do Distrito Federal e de 11 estados que assinaram o termo de compromisso de renegociação de suas dívidas num prazo de 20 anos. O valor equivale à primeira das 240 parcelas do pagamento das dívidas de Alagoas, Acre, Distrito Federal, Espírito Santo, Mato Grosso, Paraná, Pernambuco, Goiás, Rio Grande do Norte, Rondônia, Sergipe e Tocantins, que juntos devem cinco bilhões de dólares à União.

Sete governadores compareceram à solenidade de assinatura do termo, entre eles, dois do PMDB: o de Goiás, Íris Rezende, que defende o rompimento de seu partido com o Governo, e o do Tocantins, Moisés Avelino. Estava prevista também a presença de outro peemedebista, o governador da Paraíba, Ronaldo Cunha Lima, que estava em Brasília. Segundo informações da assessoria de Cardoso, na última hora Cunha Lima desistiu de assinar o termo de compromisso porque não queria pagar a primeira par-

cela da dívida, conforme exige o Governo.

Arco-íris — A maior parte dos governadores presentes, entretanto, era do PFL: Joaquim Francisco, de Pernambuco, João Alves, de Sergipe, e Jayme Campos, do Mato Grosso. Também apareceram Albuíno Azeredo (PDT), do Espírito Santo, e Geraldo Bulhões (PRN), de Alagoas. O auditório do Ministério da Fazenda estava cheio de parlamentares e assessores dos governos estaduais. Da mesa onde se sentou junto com os governadores, o ministro Cardoso declarou ter à sua frente um “arco-íris de partidos políticos” que contrariava as previsões pessimistas de que o Governo não conseguiria fechar um acordo com os estados para restabelecer o pagamento da dívida por causa das diferenças políticas. Desde 1988, o Governo Federal tentava convencer os estados a pagarem suas dívidas.

O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, calcula que a partir de agora entrarão mensalmente nos cofres do Te-

souro 80 milhões de dólares somente com a regularização do pagamento das dívidas contratuais dos estados com a União. Além dos 12 estados que ontem, na cerimônia no Ministério da Fazenda, se comprometeram a voltar a saldar seus débitos, outros 11 já estão desde o final de agosto pagando parcelas de suas dívidas.

Pendências — Cardoso também revelou contar com a aprovação do projeto de rolagem da dívida o mais rápido possível no Senado para a assinatura do contrato definitivo. E chegou a sugerir ao relator do projeto no Senado, senador Jonas Pinheiro, que faça um projeto à parte para resolver as pendências da renegociação da dívida. O Senado terá de desatar o principal nó da rolagem: a fixação dos percentuais de comprometimento da receita com a quitação da dívida. A posição do Governo é que os estados reservem 11 por cento de suas receitas para o pagamento da dívida.